



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2022 – N.º 3/2022 – MANDATO 2021-2025

--- Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Alpiarça, reuniu a Assembleia Municipal de Alpiarça, em Sessão Ordinária, no Auditório da Biblioteca Municipal de Alpiarça, cuja Mesa é composta pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, secretariada pela primeira Secretária Alzira Maria Nunes da Cunha Marques Agostinho e pelo segundo Secretário Artur Jorge Fernandes Sanfona. -----

--- Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais: -----

- Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira (Partido Socialista) -----

- Mário Fernando Atracado Pereira (Coligação Democrática Unitária) -----

- Alzira Maria Nunes da Cunha Marques Agostinho (Partido Socialista) -----

- João Pedro Antunes Osório (Coligação Democrática Unitária) -----

- Abel Ferreira Melro Pedro (Partido Socialista) -----

- Anabela Feliciano da Costa (Coligação Democrática Unitária) -----

- Armindo Pinto Batata (TPA – Todos por Alpiarça)-----

- Rita João Conim Pinto (Partido Socialista) -----

- Celestino Tomaz Pereira Brasileiro (Coligação Democrática Unitária) -----

- Marta Sofia de Oliveira Piscalho (Partido Socialista) -----

- Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel (Coligação Democrática Unitária) -----

- Artur Jorge Fernandes Sanfona (Partido Socialista) -----

- Miguel Ângelo Félix Miranda (Coligação Democrática Unitária) -----

- João Pedro Vences Rosa do Céu (Partido Socialista) -----

- Ana Rita Campos Fernandes (Coligação Democrática Unitária) -----

- Jorge Manuel Ferreira da Costa (Presidente da Junta de Freguesia) -----

--- **Verificou-se, igualmente, a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal:** -----

- Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes (Partido Socialista) -----

- João Pedro da Costa Arraiolos (Coligação Democrática Unitária) -----

- Jorge Manuel Claudino de Freitas (Partido Socialista) -----

- Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontaínhas Amorim Cardigo (Coligação Democrática Unitária) -----

- Ana Margarida Vences Rosa do Céu (Partido Socialista) -----

--- **A Ordem do Dia foi a seguinte:** -----

--- **Ponto 01 - Informação escrita da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para conhecimento.** -----

--- **Ponto 02 - Proposta de Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Alpiarça, 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal e Alteração ao Organograma. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 03 - Prestação de Contas do Ano de 2021. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 04 - Apreciação e Votação da Proposta Revisão Orçamental n.º 2/2022. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 05 - Autorização Prévia para Compromisso Plurianual. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 06 - Proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Alpiarça. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 07 - Proposta de Regulamento de Transmissão em Direto das Reuniões da Assembleia Municipal de Alpiarça. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 8 - Eleição do Autarca da Freguesia de Alpiarça para integrar o Concelho Cinegético Municipal. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 9 - Leitura, Discussão e Votação da Ata da Assembleia Municipal realizada no dia 25 de abril de 2022. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 10 - Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto do n.º 2 do artigo 20.º do Regimento. Para deliberação.** -----

--- **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Angelino Cravina Agostinho apresentado pelo senhor Deputado Mário Pereira da Bancada da CDU.** -----

--- **Saudação “Serviço Prestado pelos CTT – Correios de Portugal, SA” apresentada pela senhora Deputada Fernanda Garnel da Bancada da CDU.** -----

--- **Moção “Pela Paz, contra a guerra” apresentada pelo senhor Deputado João Osório, da Bancada do CDU.** -----

--- **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Padre Diamantino Marques apresentado senhor Deputado Mário Pereira, da Bancada do CDU.** -----

--- **Saudação “Comemoração do 1.º de Maio” apresentada pela senhora Deputada Ana Rita Fernandes, da Bancada da CDU.** -----

--- **Moção “48.º Aniversário da Revolução de Abril” apresentada pela senhora Deputada Anabela Costa, da Bancada da CDU.** -----

--- **Moção “Saudação ao 1.º de Maio”, apresentada pelo Senhor Abel Pedro, da Bancada do PS.** -----

--- **Voto de Pesar pelo falecimento de Enice Munoz” apresentado pelo senhora Deputada Rita Conim, da Bancada do PS.** -----

--- **Voto de louvor aos atletas do Real Clube de Petanca de Alpiarça, Luís Cunha e Orlando Melgada apresentado pelo senhor Deputado João do Céu, da Bancada do PS.** -----

--- **Voto de louvor à atleta Soraia Comparada apresentado pela senhora Deputada Marta Piscalho, da Bancada do PS.** -----

--- A sessão foi aberta pela senhora Presidente da Assembleia Municipal (AM) eram vinte horas e quarenta e cinco minutos. -----

--- A senhora Presidente da AM informou que, em relação à constituição da Assembleia, não havia substituições, portanto estavam presentes todos os elementos de acordo com a sua constituição. -----

--- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao primeiro período de intervenção do público, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra aos inscritos. -----

--- O senhor munícipe Eduardo Costa explicou que o assunto a apresentar tinha a ver com a conduta de alguns deputados municipais, que usavam argumentos eventualmente falaciosos, como era o caso da questão da morada dos intervenientes do público. -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal explicou ao senhor munícipe Eduardo Costa que não era necessário voltar a falar em tais situações porque, quando alguém do público pedia a palavra, tinha direito à palavra, até porque existiam períodos específicos para esse efeito sendo que, como Presidente da Assembleia, lhe custava sempre que alguém abandonasse os trabalhos, embora não se tivesse sentido ofendida com esse aspeto. Referiu, ainda, que embora tivesse sido levantada a questão de ter que ser referida a morada do público interveniente, já tinha pesquisado sobre esse aspeto na legislação, tendo verificado que não era necessário que os munícipes indicassem a sua morada, mas apenas que dessem um contacto. -----

--- Foi novamente dada a palavra ao senhor munícipe Eduardo Costa, que frisou não ser do seu interesse provocar situações desagradáveis, mas também não se sentia bem consigo próprio quando era vítima de situações que achava que eram incompreensíveis. Recordou que na campanha eleitoral, no debate entre os vários candidatos, o candidato do movimento TPA/PSD tinha afirmado que, caso ganhasse as eleições, acabariam os ataques e os incidentes, mas nas primeiras sessões da Assembleia Municipal tinha havido uma série de incidentes e, portanto, as promessas eleitorais valiam o que valiam. Terminou, informando que para que não existissem dúvidas, tinha obtido uma certidão da sua morada, com selo branco da Junta de Freguesia. -----

--- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal para referir que tinha tratado da situação diretamente com a pessoa em questão, que tinha justificado as razões em relação à sua falta, sem ter sido necessário fazer a divulgação do assunto nas redes sociais, pelo que a questão estava sanada. Em relação a uma questão suscitada pela bancada da CDU, aquando a apresentação do relatório da CPCJ, sobre a assiduidade dos representantes da Assembleia Municipal naquela entidade, informou que o senhor Presidente da CPCJ tinha referido que na constituição atual existiam alguns representantes da Assembleia em falta, nomeadamente, duas pessoas da bancada do PS, e também que algumas pessoas tinham pedido suspensão de mandato durante um período de tempo, pelo que havia escassez de comissários para integrar o grupo da Comissão Alargada, sendo que também uma representante, a senhora Deputada Anabela Costa, não tinha frequentado qualquer reunião e, como tal, deveria ser substituída, pois as funções dos Comissários das CPCJ nas Comissões Alargadas eram prioritárias relativamente ao trabalho das próprias pessoas. Terminou a in-

tervenção, sugerindo que a bancada da CDU apresentasse uma proposta para designação de outro representante na CPCJ. -----

--- A senhora Deputada Anabela Costa tomou a palavra, referindo que tinha sido convocada para duas reuniões, mas tinha justificado as suas faltas ao senhor Presidente da CPCJ, uma vez que tinha sido um período bastante difícil no trabalho e as reuniões eram efetuadas durante o horário laboral, pelo que tinha tido dificuldade em participar nas mesmas. -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Armindo Batata que sugeriu que os requerimentos e demais expediente apresentado à Mesa da Assembleia fossem disponibilizados na página eletrónica do Município. Referiu-se, de seguida, aos trabalhos de limpeza que tinham decorrido em dois dias, num lote de terreno localizado na Rua Silvestre Bernardo Lima, contíguo ao número 33, lote esse que se encontrava para venda conforme o cartaz do promotor imobiliário, pretendendo saber se os trabalhos mencionados tinham sido efetuados pelos trabalhadores da Câmara Municipal e se os equipamentos e ferramentas utilizados eram da Câmara Municipal. E em caso afirmativo solicitava a disponibilização para consulta do custo de tais trabalhos e os documentos de faturação da prestação de tal serviço. Relativamente ao site da Câmara, disse que no mesmo existia um separador que dizia “Portal de Sugestões”, através do qual tinha endereçado uma questão à Autarquia, como cidadão, por entender que o assunto não era para tratar numa Assembleia Municipal, que se prendia com a ponte do Carril, nomeadamente, com a baliza de proteção colocada na margem esquerda, que estava designada pela referência O7A, quando deveria ser uma baliza de proteção O7B, ou seja, com as barras diagonais em declive para o eixo da via, sendo que situações semelhantes àquela existiam em mais locais da Vila. Continuou a sua intervenção, frisando que, na Rua Queiroz Vaz Guedes, em frente ao Jardim, estavam a decorrer obras num prédio do lado esquerdo, tendo o passeio ficado completamente ocupado pelos tapumes, sem ter havido cuidado algum com o trânsito dos peões. Quanto à nomeação do segundo secretário, quando faltava algum elemento da Mesa, manifestou o seu desagrado pelo facto de, no início das sessões da Assembleia, a Mesa já estar composta tendo a senhora Presidente dado início aos trabalhos com uma pessoa já nomeada para o lugar do segundo secretário. -----

--- O senhor Deputado Municipal Mário Pereira tomou a palavra para dizer, em relação ao IC3 e à necessidade de cobrir o restante troço em falta entre Almeirim e Atalaia “Vila Nova da Barquinha”, que o assunto dizia respeito a toda a região, uma vez que tal troço era muito importante para o desenvolvimento local a todos os níveis, e também iria permitir retirar o trânsito de pesados que carregava matérias perigosas do centro da Vila de Alpiarça, permitindo, também, uma outra visão dos aspetos ligados ao urbanismo local, que estava muito condicionado pela situação da Estrada Nacional 118. -----

--- A senhora Deputada Municipal Anabela Costa tomou a palavra para questionar se existia algum motivo para se ter descurado a limpeza urbana e os espaços verdes, uma vez que tinha constatado que existia lixo nas ruas e que o Parque do Carril estava completamente abandonado e cheio de ervas. Continuou a intervenção, questionando se já existia alguma solução ou plano para a barragem, uma vez que a mesma tinha menos água e cheirava muito mal. Por fim, questionou sobre qual o motivo pelo qual o lago no Jardim Mu-

nicipal tinha sido coberto com terra. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Celestino Brasileiro, que referiu que a hora escolhida para a sessão solene do dia 25 de abril, não tinha sido a mais indicada, uma vez que, sendo o momento mais político das comemorações do 25 de abril, pretendia-se que estivessem mais pessoas a participar ativamente e, infelizmente, esse objetivo não tinha sido atingido. -----

--- A senhora Deputada Alzira Agostinho tomou a palavra para referir que Alpiarça estava a receber refugiados da Ucrânia e, como tal, pretendia saber se estavam a ser cumpridas as indicações do Governo no que respeitava à sua integração, bem como qual era o papel do CLAIM (Centro Local de Apoio e Integração de Migrantes) em tal processo de integração. Questionou, também, qual era a perspetiva para a ALPIAGRA de 2022, ou seja, o que estava perspetivado e em que termos se iria realizar o certame. -----

--- O senhor Deputado Municipal João Osório tomou a palavra, para referir que o que o Executivo do PS tinha feito no lago do Jardim Municipal tinha sido uma solução milagrosa, pois tinha colocado terra e flores no local, mas não tinha resolvido a raiz do problema e não tinha chamado à responsabilidade quem tinha executado a obra. -----

--- O senhor Deputado Municipal Artur Sanfona tomou a palavra, referindo que, no dia 1 de abril, se tinha operado a transferência de competências para os municípios, nas áreas da Saúde, Ação Social e Educação e como tal, gostaria que o Executivo fizesse um ponto de situação desse processo. -----

--- A senhora Deputada Municipal Rita Conim tomou a palavra para elogiar a forma honrada e distinta como a Câmara Municipal tinha celebrado o mês de abril, lembrando que, no Dia do Município, no feriado Municipal de 2 de abril, se tinham desenvolvido atividades de carácter desportivo e familiar e, simultaneamente, tinha sido inaugurada a exposição dos 100 Anos de Saramago, na Biblioteca Municipal, tendo sido, ainda, realizado um concerto no Mercado Municipal e prestada uma homenagem ao Engenheiro Leonel Piscalho. Lembrou, ainda, que no dia 24 de abril, a Comunidade Alpiarcense tinha sido presenteadada com um espetáculo no Mercado Municipal e no dia 25 de abril tinham sido organizadas atividades relacionadas com o desporto. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal que começou por cumprimentar todos os presentes esclarecendo que relativamente aos trabalhos referidos pelo senhor Deputado Municipal Arminado Batata, não tinha havido, por parte do Executivo Municipal, nem dos dirigentes intermédios ou encarregados da Câmara Municipal, qualquer indicação para que os funcionários que asseguravam a limpeza urbana, entrassem em terrenos particulares para proceder à sua limpeza. Esclareceu, ainda, que o que lhe tinha sido explicado era que estava definido um procedimento que se reportava apenas a situações em que as ervas existentes nos terrenos particulares chegavam aos passeios públicos, sendo que nessas zonas confinantes com os passeios eram cortadas, mas por norma não era feita a limpeza global dos terrenos e, como tal os funcionários tinham sido advertidos de que esse processo não era correto e não poderia voltar a acontecer, porquanto essa responsabilidade era dos proprietários. Referiu que a limpeza em causa foi feita por en-

gano e, nessa medida, não foram imputados quaisquer custos ao proprietário, sendo que tal situação tinha sido pontual e não se voltaria a repetir. Quanto ao “Portal de Sugestões”, referiu que o mesmo era acompanhado, mas as questões da sinalética no Município tinham sido inicialmente tratadas na primeira reunião da Comissão Municipal de Segurança, na qual tinham sido delineadas estratégias que estavam a ser trabalhadas e desenvolvidas. No que respeitava às obras a decorrer em frente ao Jardim Municipal, informou que tinha entrado nos serviços da Câmara Municipal um pedido de licenciamento de ocupação do espaço público, acompanhado de um mapa de proposta de alteração da circulação, que se passava a fazer fora da zona de circulação pedonal, tendo-se procurado estabelecer um período curto de tempo de permanência do obstáculo no local, de modo a reduzir os riscos e aumentar a segurança dos transeuntes. No que respeitava à intervenção do senhor Deputado Municipal Mário Pereira, agradeceu a solidariedade demonstrada pelo mesmo e pela força política que representava, no sentido de pretenderem ver resolvida a questão do IC3, até porque a mesma nunca representou uma divisão entre as várias forças políticas, que apenas pretendiam que fosse concretizada. Disse, também, que a questão do IC3 tinha sido um assunto que estava sempre presente, e que tinha sempre “em mãos” desde que tinha assumido as funções, tendo participado já em diversas reuniões, com diversas entidades para discutirem sobre o mesmo. Em relação à limpeza urbana, referiu que não concordava que se verificasse um desmazelo e falta de higiene urbana, como tinha sido ali referido, sendo que até tinha sido feito um esforço pela Câmara Municipal e pela própria Junta de Freguesia, no sentido de apresentarem candidaturas ao IEFP para contratos emprego inserção, de modo a permitir o reforço das equipas municipais, facilitando-se a organização do serviço no que de um modo geral, estava a fazer-se adequadamente. Quanto aos espaços verdes, explicou que o Município gastava muita água da rede na sua manutenção, o que representava um grande peso no orçamento, embora a Câmara Municipal estivesse já a procurar reativar furos existentes para conseguir fazer a rega dessas zonas verdes sem ter que utilizar água da rede. Quanto à barragem, explicou que o Executivo estava a tentar resolver a situação de modo a defender os interesses do Município, sendo certo que a situação era complicada de solucionar, mas não era impossível e, como tal, já tinha consultado vários especialistas, nomeadamente da área da engenharia militar, para tentar perceber como seria possível ultrapassar alguns problemas. Continuou a intervenção, explicando que a engenharia militar tinha referido que conseguia fazer uma limpeza da barragem, com recolha de todo o sedimento existente, mas apenas se a água fosse vazada, ou seja, se a barragem ficasse temporariamente vazia, o que o atual Executivo considerava ser uma operação de elevado risco, uma vez que seria muito difícil e moroso voltar a encher a barragem. Disse que, juntamente com a APA, tinha sido encontrada uma solução para proceder à limpeza do fundo da barragem sem ter que retirar a água, sendo que estavam a aguardar que a equipa laboratorial da APA se deslocasse a Alpiarça para fazer uma recolha de sedimento, de modo a perceber as características de tal matéria orgânica e, nessa sequência, definir o tipo de intervenção a fazer e a maquinaria a utilizar na mesma. Disse, ainda, que quando iniciou funções, o Município dispunha apenas de dois projetos, nomeadamente, o projeto do Parque Ambiental dos Patudos e o do Parque de Autocaravanismo e, como tal, era difícil começar a fazer obra sem projetos, sendo igualmente difícil fazer projetos em poucos meses. No que respeitava ao Jardim Municipal, explicou que, em sua opinião o projeto

não tinha sido o mais adequado, uma vez que o lago se situava muito próximo do parque infantil e, para além disso, apresentava vários problemas na sua estrutura, sendo que no anterior mandato, em vez de se ter instado o empreiteiro a resolvê-los, porquanto a obra se encontrava no prazo de garantia, o Município tinha tentado repará-los diretamente, o que imediatamente tinha levado a que o empreiteiro se desobrigasse de qualquer responsabilidade. Frisou que não considerava adequado reparar o lago, nem tão pouco destruí-lo, pelo que tinham encontrado uma solução que não era demasiado dispendiosa e que removia o perigo que o lago representava, nomeadamente, a transformação do mesmo num canteiro de flores. Quanto ao 25 de abril, explicou que, na coerência do programa que tinha sido traçado, em sua opinião, tinha feito sentido permitir que no dia 24 de abril se apresentasse um espetáculo especificamente concebido para as comemorações do 25 de abril e que a Assembleia Municipal comemorativa da data se realizasse no próprio dia 25 de abril, numa hora que permitisse, não apenas a participação das pessoas na mesma, mas também nos demais eventos que iam acontecer ao longo do dia, não tendo havido com isso qualquer intenção de menorezar as comemorações em causa. Referiu, ainda, que a instalação do CLAIM tinha sido uma importante medida para o Concelho, mesmo ainda sem a guerra, porque se pretendia acolher e apoiar os migrantes com a máxima dignidade possível, sendo que o CLAIM já tinha atendido pessoas de várias nacionalidades. Em relação aos refugiados da Ucrânia, informou que estava a ser dado todo o apoio necessário, inclusivamente com alojamento e o Município tinha, também, integrado três ucranianas nos contratos do IEFP e, como tal, as mesmas estavam atualmente a trabalhar na Câmara Municipal. Informou que era intenção do Executivo realizar a ALPIAGRA 2022, mas não exatamente como gostariam, porque não havia tempo, nem disponibilidade financeira para fazer toda a reparação das instalações existentes no espaço da feira, que estavam completamente degradados e a servir de armazém de entulho desarrumado e desorganizado. Disse que iriam fazer algumas intervenções mais urgentes nalguns espaços, de modo a permitir a utilização dos mesmos com segurança durante a feira e que a mesma iria decorrer durante um período mais alargado, de 20 a 28 de agosto, para não coincidir com o Festival da Sopa da Pedra em Almeirim e para que a comunidade emigrante de Alpiarça também pudesse desfrutar da feira, o que não acontecia quando a mesma se realizava em setembro. Frisou que era intenção do Executivo que a feira voltasse a ter um cunho mais agrícola, sendo que a mesma iria integrar o Festival do Melão e o programa de televisão que, normalmente, era transmitido nesse evento, o que ajudaria, seguramente, a dar visibilidade à ALPIAGRA. No que se referia às transferências de competências, explicou que, na área da ação social, o processo tinha decorrido de modo tranquilo e o serviço estava a funcionar sem quaisquer problemas, na área da educação estavam na fase de elaboração do auto final, que ainda não estava concluído, embora o processo não fosse muito complicado, uma vez que, o Município já detinha muitas competências em tal área. Referiu, ainda, que na área da saúde o processo estava mais complicado, uma vez que, a Unidade de Saúde Familiar estava instalada num edifício que era propriedade da Casa do Povo, mas que não estava autonomizado dos restantes espaços onde funcionavam outras entidades, o que impedia o Município de receber apenas as instalações destinadas ao funcionamento da USF, e inviabilizava a assinatura do auto de receção das competências na área da saúde. -----

--- Tomou a palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal para reiterar que, no seu entender, a

data e hora da realização da Assembleia Municipal comemorativa do 25 de abril tinham sido adequadas, pelas razões anteriormente explanadas pela senhora Presidente da Câmara Municipal. Quanto à questão da constituição da Mesa, recordou que tinha havido, de facto, uma Assembleia ordinária onde se tinha verificado uma falha no que se reportava à questão da constituição da Mesa, pela qual já tinha apresentado as suas desculpas na Assembleia seguinte, sendo que tal situação apenas se tinha verificado dessa vez. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Mário Pereira, que deu início à sua intervenção dizendo em relação ao IC3, que na última conversa que tinha tido com o senhor Ministro das Infraestruturas, lhe tinha sido transmitido que havia a intenção de explorar outra solução para a travessia do Tejo, eventualmente na zona de Constância ou de Tramagal, sendo que manifestou o desacordo em relação a tal possibilidade. Referiu que o Município de Alpiarça, juntamente com os outros Municípios da Lezíria do Tejo, deveriam atuar no sentido de serem mantidos os corredores definidos para o IC3, para não atrasar mais o processo e prejudicar a região. Quanto à questão da limpeza urbana, salientou que era um assunto que sempre se iria colocar, a todos os níveis, sendo que os problemas de limpeza tinham existido no passado e existiam atualmente, mas muitas vezes as situações não eram tão gravosas como se relatava nas redes sociais e entendia que a questão no passado estava controlada, tal como agora, apesar de ser um problema que iria sempre verificar-se. No que respeitava à barragem, explicou que o Executivo da CDU também tinha sido confrontado com soluções semelhantes às agora apresentadas e ficava satisfeito que a Câmara Municipal não estivesse a pensar solucionar o problema através de ações de esvaziamento da barragem, pois os riscos de voltar a enchê-la eram muito elevados e implicavam um grande impacto ambiental. Referiu que o problema da barragem também resultava do facto de tal massa de água não se destinar a consumo humano, consumo animal ou utilização agrícola, sendo apenas destinada a lazer, o que não permitia a candidatura a fundos ambientais para resolver a situação ali existente. Quanto à questão dos projetos, referiu que ao contrário do que tinha sido dito pela senhora Presidente da Câmara Municipal, tinham existido projetos, apesar de não serem tantos quanto seria desejável, porque os recursos não eram ilimitados, mas ainda assim, e num curto espaço de tempo, tinham sido canalizados recursos para a elaboração de projetos, que tinham permitido apresentar candidaturas a fundos comunitários. Continuou a intervenção, referindo que um desses projetos era o Parque Ecológico dos Patudos, que reunia condições para ser alterado e voltar novamente a ser apresentado, apesar do atual Executivo não ter tomado essa opção, tendo decidido alocar essas verbas ao projeto da requalificação da escola, na sua opinião erradamente, porque quer a anterior Ministra da Modernização Administrativa, que inclusive tinha sido Secretária de Estado da Educação, Dr.^a Alexandra Leitão, quer a última Secretária de Estado, Dr.^a Inês Ramirez, tinham sempre referido que mais tarde, através do acompanhamento por parte do Ministério da Educação da componente nacional que lhes cabia, seria possível reforçar verba para a obra da Escola EB 2/3 e Secundária de Alpiarça, sendo que também no âmbito da contratualização da CIMLT, seria possível redefinir verbas de fim de quadro comunitário, para afeitar novas verbas à parte que faltava de tal projeto. Referiu outros projetos existentes no anterior mandato, tal como o Parque de Autocaravanismo, que já tinha financiamento definido, o projeto dos balneários do Estádio Municipal, o da Escola EB1/JI de Alpiarça e, ainda, a Estratégia Local de Habitação, que foi preparada

no anterior mandato, sendo possível ao atual Executivo elaborar os projetos necessários para a candidatura.

--- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal que, em relação ao IC3, explicou que a questão do custo da travessia estava, implicitamente, ligada à questão da localização, pois a travessia num local onde o Tejo era mais estreito, seria menos dispendiosa. Em relação à limpeza urbana, disse que era difícil resolver tal questão, não apenas pela falta de recursos humanos, que o atual Executivo estava a tentar suprir, mas também pelo problema do estado deplorável em que se encontrava o parque de máquinas da Câmara Municipal, e em especial os veículos de recolha dos resíduos sólidos urbanos, sendo que o custo de reparação de tais máquinas era enorme, sendo mais vantajoso substituir as viaturas e não consertá-las. Referiu que a situação da barragem estava a ser estudada, mas naturalmente a questão dos peixes mortos iria acontecer mais vezes, e não tinha apenas a ver com o tratamento que tinha sido feito, mas tinha também a ver com o caudal da barragem, que deveria manter-se num determinado nível, para não prejudicar os peixes. Quanto aos projetos do Executivo da CDU, referiu que já não era aquele o momento para fazer essa defesa, pois o escrutínio já tinha ocorrido e as pessoas já tinham feito a sua escolha. Explicou que quando o atual Executivo tinha chegado à Câmara Municipal, tinha verificado que não existiam projetos em condições de candidatar pelo que, atualmente estavam, a fazê-los com recurso a serviços externos, para conseguir ainda apresentar candidaturas, sendo que, por esse facto, não era naturalmente possível estar já a concretizar obra. Quanto ao projeto da Escola, explicou que o que lhe tinha sido taxativamente transmitido era que não estavam previstos mais financiamentos para escolas, nem do Quadro Comunitário de Apoio, nem do PRR, pelo que o Executivo tinha optado por aproveitar a hipótese de conseguir reforçar o projeto da Escola, concretizando e melhorando aspetos de tal projeto, com parte da verba que estava destinada ao Parque Ecológico dos Patudos, até porque era uma opção com a qual não concordavam, pois tinham uma ideia diferente para a zona da barragem. Disse que o projeto do Parque de Autocaravanismo não estava concluído, e em relação ao projeto dos Balneários do Estádio Municipal, explicou que o mesmo tinha deficiências graves, quer no planeamento quer, posteriormente, na fiscalização, tal como o projeto do CRO, que nem sequer tinha prevista uma cobertura. Salientou que os projetos que estavam em execução quando o atual Executivo tomou posse apresentavam falhas preocupantes, que tiveram que ser sanadas, o que naturalmente implicou custos acrescidos que não estavam acautelados. No que respeitava à Estratégia Local de Habitação, frisou que a mesma tinha sido aprovada no anterior mandato, mas não existiam projetos, pelo que estava agora a ser adjudicada a sua execução. -----

--- Finalizadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem de trabalhos da reunião. -----

--- **ORDEM DO DIA** -----

--- **Ponto 01 - Informação escrita da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para conhecimento.** -----

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento da informação escrita da Sr.ª Presidente da Câmara. -----

--- **Ponto 2 - Proposta de Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Alpiarça, 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal e Alteração ao Organograma. Para deliberação.** -----

--- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal, que referiu que a proposta de alteração do Regulamento de Organização dos Serviços se prendia sobretudo com a criação do Balcão Único de Atendimento e, em parte, também com a questão da transferência de competências, quer na área da ação social, quer nas outras áreas onde se verificou a transferência de competências, sendo que julgava compreensível a reorganização ali apresentada. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Mário Pereira, referindo que a CDU se ia abster no ponto, porque apesar de compreender as necessidades da maioria que levavam a tal alteração, a mesma se prendia, essencialmente, com a questão da transferência de competências, sendo esse um processo com o qual desde o início não concordavam. -----

--- **Deliberação:** A proposta foi aprovada por maioria com 6 abstenções da CDU e 9 votos a favor, 8 do PS e 1 do TPA. -----

--- O senhor Deputado Municipal Mário Pereira apresentou declaração de voto em nome da Bancada da CDU, que se anexa à presente ata e dela faz parte integrante. -----

--- **Ponto 03 - Prestação de Contas do Ano de 2021. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para explicar que aquela prestação de contas resultava de uma obrigatoriedade legal, à qual o atual Executivo estava a corresponder, mas reportava-se ao ano de 2021, pelo que na sua esmagadora maioria a mesma refletia a atividade do anterior Executivo no ano em causa. Referiu que era necessário corrigir a receita, num montante relativamente elevado, para que fosse possível encontrar uma percentagem suficiente de execução orçamental, pois a previsão inicial tinha ficado muito além em termos de receita do que aquela que efetivamente se veio a verificar. Disse que era natural existirem oscilações, porque o orçamento era previsional, mas a falha de previsibilidade verificada era relativamente assinalável, sendo que o atual Executivo tinha tentado fazer uma previsão mais real, e mais consonante com o que era esperado em termos de receitas. Frisou que os últimos anos tinham sido muito atípicos e, como tal, isso tinha reflexos não apenas no orçamento do Município de Alpiarça, mas na generalidade do país e até em todo o Mundo. Explicou, ainda, que as contas tinham sido certificadas pelo ROC. -----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Anabela Costa, começando por dar os parabéns, em nome da bancada da CDU, ao Serviço de Contabilidade e aos técnicos que tinham elaborado o documento, que estava muito bem apresentado, quer do ponto de vista técnico, quer estético. Disse que, em relação às contas, não tinha muito a referir e que, apesar do relatório do ROC salientar algumas desconformidades, as mesmas eram de ordem técnica e não eram gravosas, tendo na sua maioria a ver com a situação da passagem do POCAL para o SNC-AP, sendo que tinham ocorrido na generalidade dos municípios e nem os próprios serviços do SNC-AP tinham ainda solução para as resolver. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal João Osório para referir que o documento era compreensível e rigoroso, sendo que o mesmo refletia o esforço e trabalho de doze anos de governação da CDU, pois

em 2009 a execução orçamental situava-se nos 66% e em 2021 a taxa de execução tinha sido de 91%. Quanto às dívidas a curto prazo, em 2021 as mesmas eram de 57 mil euros, sendo que em 2009 eram de 5 milhões e oitenta e seis mil euros e em caixa existiam atualmente 800 mil euros, sendo que em 2009 o valor era negativo. Disse que em 2021 o endividamento era de pouco mais do que 4 milhões de euros, sendo que em 2009 era de mais de 13 milhões e, como tal, a Câmara Municipal tinha atualmente uma capacidade de endividamento de cerca de 9 milhões de euros, ao contrário do que sucedia em 2009, em que o Município não tinha qualquer capacidade de endividamento. Salientou que ficou satisfeito por ouvir a senhora Presidente da Câmara Municipal referir que ia comprar viaturas novas, pois quando a CDU tinha chegado à Câmara Municipal em 2009, nem dinheiro havia para comprar sacos de cimento. -----

--- A senhora Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para reiterar a qualidade do trabalho e da dedicação dos funcionários do Município na elaboração do documento. Referiu que havia questões nas observações dos ROC que não se reportavam apenas à transição dos sistemas, mas eram questões políticas complexas, que já duravam há demasiado tempo e que já deviam ter sido resolvidas, pois também elas contribuíam para dificultar a gestão do Município, sendo que o atual Executivo estava, juntamente com o ROC e com a Pocalentejo, a tentar encontrar soluções para resolver, definitivamente, tais problemas. Frisou que a prestação de contas se reportava ao ano de 2021, pelo que subsumir na mesma doze anos de trabalho não era a forma mais correta de analisar a situação, sendo que o que estava em causa não era apenas o nível da execução orçamental, mas o que era referido no relatório dos ROC eram antes algumas das opções tomadas na gestão da Autarquia. -----

--- **Deliberação:** A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- A senhora Deputada Municipal Anabela Costa apresentou a seguinte declaração de voto, em nome da bancada da CDU: *“A prestação de contas do Município de Alpiarça, referente ao ano de 2021, reflete a consolidação financeira promovida nos doze anos de gestão CDU, onde o Município de Alpiarça conseguiu baixar o excesso de endividamento líquido, com uma diminuição de dívida global de cerca de 8,8 milhões de euros, ou seja, 66% relativamente ao montante apurado referente ao ano de 2009, 13,3 milhões. Foi conseguida uma margem de endividamento superior a 5 milhões de euros, correspondente a um rácio de 0,7 vezes a média das receitas correntes dos últimos três anos, quando o limite é de 1,5. De referir que em 2009 o valor do rácio era de 2,7 vezes a média da receita dos três anos anteriores, considerando as regras atuais de cálculo do rácio de endividamento. Para além da consolidação financeira, o caminho traçado pela gestão da CDU permitiu concretizar um conjunto de projetos importantes que assentaram em alguns eixos principais como a regeneração urbana, a educação e a cultura. Na área da regeneração urbana foi possível modificar radicalmente alguns dos espaços centrais de Alpiarça, como a requalificação da Praça do Município, a reabilitação do Mercado Municipal nas suas duas fases, interior e exterior, a expansão e requalificação do Jardim Municipal, que permitiu criar condições de atratividade para que se instalasse uma das maiores cadeias de comércio alimentar, bem como de vários melhoramentos na rede viária do Concelho. Na área da educação, foi concretizada a construção do Centro Escolar Abel Avelino, a requalificação da EB1/JI do Frade de Baixo e da EB1/JI de Alpiarça, bem como foi iniciada a obra de requalificação total da EB 2/3 S José Relvas,*

que inclui a construção de um novo edifício com auditório, biblioteca e sala do futuro. Na área da cultura foi feito o maior investimento de sempre na Casa dos Patudos, com a recuperação de todo o edifício e arranjos exteriores, que incluíram a construção de um novo auditório. Para além deste investimento, também noutras foram desenvolvidos investimentos como a substituição de toda a iluminação pública por lâmpadas LED, com a construção dos balneários e substituição do relvado do Estádio Municipal, melhoramento do Paúl da Goux, Reserva Natural do Cavalu Sorraia, Parque do Carril e Albufeira dos Patudos, colocação de aparelhos para a prática desportiva e de lazer em vários locais no Concelho: Gouxaria, Casalinho, Frade de Baixo e Frade de Cima, bem como ao longo dos anos o aumento do apoio social e associativo. O trabalho desenvolvido ao longo dos últimos doze anos permite-nos concluir que o caminho traçado foi o mais correto na defesa dos interesses da população, onde foram concretizados alguns projetos importantes, para além da consolidação financeira, que permitirá encarar o futuro com otimismo. -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata apresentou a seguinte declaração de voto: “Trata-se de um documento eminentemente técnico, pelo que decido o meu voto em função do parecer do Revisor Oficial de Contas.” -----

--- O senhor Deputado Municipal João Céu apresentou a seguinte declaração de voto: “Fico triste com a total ausência de investimento em ativos no Município que o documento reflete e espero que para o futuro, com as contas consolidadas, consigam fazer investimentos em ativos no Concelho”. -----

--- **Ponto 04 - Apreciação e Votação da Proposta Revisão Orçamental n.º 2/2022. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para explicar que se tratava da segunda revisão orçamental, que visava enquadrar quatro situações a que era necessário dar resposta, nomeadamente, três situações relativas à transferência de competências e uma relativa à transferência de verba para a AgroAlpiarça, de modo a equilibrar as contas da cooperativa. Referiu que tal situação da Agro Alpiarça se prolongava havia já algum tempo, com uma interrupção em 2019 e, como tal, era já o segundo ano consecutivo de prejuízo, sendo necessário que a Câmara Municipal transferisse verba para a cooperativa, tendo o Tribunal de Contas já feito reparos a essa situação. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Mário Pereira para dizer que a CDU se iria abster, pelo facto de a revisão ter por base, em grande medida, a transferência de competências. Explicou que concordava com a necessidade de transferir verba para a AgroAlpiarça, mas que os resultados positivos não tinham ocorrido apenas em 2019, mas também noutros anos de gestão da CDU na Câmara Municipal, sendo que desde 1988 até 1997, a AgroAlpiarça tinha apresentado um resultado líquido positivo correspondente a 71.700 euros. Referiu que nos anos de maioria PS, ou seja, entre 1998 e 2009, os resultados líquidos tinham sido na sua maioria negativos, ascendendo aos 646.300 euros. Disse, ainda, que entre 2010 e 2021, mesmo com resultados líquidos negativos em dois anos, os resultados líquidos positivos no global tinham sido de 225.940 euros. Deixou, ainda, um apelo ao Executivo Municipal, no sentido de manter a AgroAlpiarça a funcionar e a contribuir para a economia do concelho e da região. Em relação às obras, referiu que em 2009 quando tinham chegado à Câmara Municipal, estavam duas obras em andamento, nomeadamente, a Casa dos Patudos e a Escola Abel Avelino, que tiveram revisão de preços e trabalhos a mais, como era normal acontecer,

sendo que numa delas não havia visto do Tribunal de Contas, pelo que não era possível fazer pagamentos e no Centro Escolar iam começar a ser executados os trabalhos sem que tivessem sido feitos os trabalhos de rebaixamento, para atingir a cota prevista, sendo que os mesmos nem sequer estavam previstos em projeto, mas tudo foi resolvido pelo Executivo da CDU sem grandes alardes. Quanto ao serviço da dívida, o mesmo era muito superior ao atual, pelo que era muito mais difícil fazer face a esse fator naquela época. -----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Anabela Costa para referir que os anos 2019 e 2020 foram muito complicados, pois foram anos em que a economia sofreu muito, em especial em 2020, devido à pandemia, sendo que a situação da AgroAlpiarça em tais anos, também podia estar relacionada com a valorização ou não das existências e com a forma como as mesmas terão ou não sido contabilizadas. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal João Céu, solicitando ao Executivo que esclarecesse qual era o valor total da dívida da AgroAlpiarça para com a Câmara Municipal, e também se tinha algum gráfico que pudesse apresentar, relativo aos investimentos feitos na época de gestão da maioria PS, bem como aos investimentos concretizados no período de gestão da maioria CDU, e em concreto investimentos feitos na AgroAlpiarça, mais especificamente nas vinhas. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Abel Pedro, referindo que se iam falar do passado, então era preciso referir que em 1997, nem sequer havia esgotos no Frade de Cima e a Câmara Municipal de Alpiarça tinha recebido dinheiro para fazer essa obra, sendo que os esgotos não estavam feitos e o dinheiro não existia. Por outro lado, nesse ano a taxa de execução era de cerca de 20%, e quando o Executivo do PS tomou posse nesse ano, existiam dívidas na Câmara Municipal, sem que tivesse sido feito qualquer investimento, sendo que em 2009, quando o PS deixou a Câmara Municipal, existia de facto dívida, mas o investimento era elevadíssimo e, como tal, questionava os elementos da CDU para dizerem qual das obras feitas pelo PS é que não teriam concretizado, ou seja, se abdicavam das piscinas, da requalificação da zona industrial, do edifício dos Paços do Concelho ou dos alcatroamentos, entre outras. Referiu que as dívidas existiam sempre e tinham que ser pagas, mas os problemas também existiam sempre e tinham que ser resolvidos, pelo que não havia qualquer vantagem em estar sempre a falar das mesmas situações e não as resolver. -----

--- O senhor Deputado Municipal João Osório pediu para intervir, referindo que a obra que a CDU não teria feito era a do parque de estacionamento subterrâneo, que tinha custado três vezes do que o seu real valor, mas estava muito mal feita, porque os carros tinham dificuldade em ali entrar e estacionar. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Mário Pereira, para dizer que a sua intervenção tinha sido perfeitamente natural, na sequência do que a senhora Presidente da Câmara Municipal tinha dito em relação às obras com desconformidades, ou seja, apenas tinha dado exemplos semelhantes que tinham ocorrido quando a CDU tinha começado o seu mandato em 2009, pelo que a intenção não tinha sido suscitar qualquer debate sobre o que tinha acontecido, havia quarenta ou cinquenta anos, mas apenas precisar alguns factos. -----

--- **A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que era meia-noite, pelo que conforme artigo 13.º do Regimento tinha de questionar as bancadas sobre se pretendiam continuar os trabalhos, sendo que todas as bancadas votaram a favor da continuidade dos trabalhos.** -----

--- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal para referir que de todo o investimento feito pelo PS, o parque de estacionamento subterrâneo era apenas uma pequena parte, o que significava que a não concretização dessa obra, não teria um grande impacto nos valores do investimento. Referiu que, para além disso, mesmo que o local não servisse para estacionamento, estava a servir para o Arquivo Municipal, que durante os mandatos da CDU esteve a deteriorar-se no antigo edifício dos Bombeiros, uma vez que, ao longo de doze anos a CDU não tinha criado condições para colocar o Arquivo que ali se encontrava noutra local, tendo o mesmo ficado quase todo destruído, porque nem sequer era feita a manutenção daquele espaço. Disse, ainda, que dado o tempo decorrido sobre as várias gestões municipais, os Alpiarçenses já tinham analisado, já tinham decidido, tinham dado o seu voto livremente a quem tinham entendido em cada momento e como tal, tais questões estavam ultrapassadas e agora era necessário concentrarem-se no presente. Quanto à Agro Alpiarça, referiu que tinha todo o gosto em entregar aos senhores Deputados uma informação mais detalhada relativamente à situação da cooperativa e dos investimentos feitos desde a sua criação, mas ainda assim referia que era preciso não esquecer que quaisquer que fossem os resultados da Agro Alpiarça, os mesmos assentavam em pressupostos completamente subvertidos daquilo que devia ser a sua realidade, desde logo porque a cooperativa sobrevivía à conta de arrendamentos de terrenos que não eram seus, nomeadamente arrendamentos de terrenos dos legados, cuja receita deveria ser canalizada para a manutenção da Casa dos Patudos. Disse, também, que a AgroAlpiarça tinha oito funcionários, sendo que a maquinaria era toda da Câmara Municipal e o investimento feito nas vinhas era anterior à gestão da CDU, existindo, atualmente, um projeto em curso, relativo à colocação de vinhas, totalizando esse investimento uma dívida da AgroAlpiarça para com o Município de cerca de 800 mil euros, para além do endividamento bancário, o que em sua opinião devia ter levado os anteriores Executivos a olhar para a situação numa forma “desapaixonada” e que defendesse o interesse efetivo do Município, sob pena de não se gerir o bem público de forma rigorosa. -----

--- **Deliberação:** Aprovada por maioria, com 8 votos a favor do PS, 6 abstenções da CDU e 1 do TPA. -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata apresentou a seguinte declaração de voto: “*Abstenho-me tomando em consideração a necessidade de transferências para a AgroAlpiarça, já que contestamos as transferências de competências sem o competente e claro envelope financeiro*”. -----

--- **ÀS 00h10m a senhora Presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo de 10 minutos.** -----

--- **Os trabalhos foram retomados eram 00h20m.** -----

--- **Ponto 05 - Autorização Prévia para Compromisso Plurianual. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra, para explicar que a proposta decorria da lei e o que estava a ser solicitado à Assembleia Municipal, era que autorizasse o compromisso plurianual para aquisição de combustível. -----

--- Tomou a palavra a senhora Deputada Municipal Anabela Costa para referir que tinha analisado os valores estimados, tendo concluído que eram muito semelhantes aos valores dos anos anteriores, pelo que questionava se não tinham sido considerados os aumentos dos combustíveis que atualmente se estavam a fazer

sentir. -----

--- A senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o Município recorria ao Acordo-Quadro da CIMLT para adquirir os combustíveis, pelo que a previsão decorria dos valores não apenas calculados pelos serviços da Autarquia, mas também do que era a previsão do desenvolvimento de tal Acordo-Quadro, e embora não fosse certo se iria ou não existir um contributo da parte do Governo, relativamente aos combustíveis das Autarquias, era tudo isso que estava na base da estimativa de tais valores. -----

--- **Deliberação:** A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 06 - Proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Alpiarça. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal destacou alguns aspetos da proposta de Regimento e referiu algumas alterações, que era necessário introduzir no documento enviado aos senhores deputados municipais. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal João Osório, que também sugeriu algumas sugestões ao texto do Regimento. -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata pediu a palavra para referir que, na sua convicção, aquele era um documento que devia reunir o consenso de todos os membros da Assembleia Municipal e, como tal, deveriam realizar-se reuniões prévias com os representantes das bancadas, para discussão e avaliação de eventuais propostas e só depois apresentar-se o documento para aprovação, pelo que por esse motivo iria abster-se na votação. -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal pediu a palavra para esclarecer que, nos termos da lei, o Regimento tinha que ser discutido em plenário e por todos os membros da Assembleia, pelo que tinha que ser dada a oportunidade a todos os Deputados de participarem na discussão e cada qual poderia votar consoante entendesse. Concordou que a discussão naqueles moldes se tornava mais difícil, mas era a interpretação que fazia da lei. -----

--- Interveio novamente o senhor Deputado João Osório, referindo que caso entendessem ser mais fácil, poderia ser criado um grupo de trabalho para fazer a proposta de Regimento e depois a mesma ser discutida em plenário, numa versão mais completa. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Mário Pereira que disse concordar, em grande medida, com o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, sendo que esse trabalho numa eventual Comissão não impedia que o Regimento fosse discutido e votado por todos os membros da Assembleia. -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, face aos argumentos apresentados, seria melhor agendar uma reunião de trabalho para discutir a proposta de Regimento e também a proposta do ponto seguinte, que se prendia com o regulamento para transmissão online das sessões da Assembleia Municipal. -----

--- **Deliberação:** Os membros presentes decidiram, por unanimidade, retirar o ponto da ordem de trabalhos e constituir um grupo de trabalho a fim de integrar diferentes propostas de alteração. -----

--- **Ponto 07 - Proposta de Regulamento de Transmissão em Direto das Reuniões da Assembleia Municipal de Alpiarça. Para deliberação.** -----

--- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que o Município, para assegurar a transmissão em direto das sessões da Assembleia Municipal, necessitava de adquirir um conjunto de equipamentos que atualmente não detinha, designadamente, mais uma câmara de filmar e outros equipamentos que permitissem que não se verificassem quebras de emissão, aquando da transmissão em direto. Referiu que, atualmente, apenas era possível fazer as gravações e depois colocá-las no site do Município, à semelhança do que sucedia com as reuniões da Câmara Municipal, pelo que, caso fosse intenção da Assembleia Municipal avançar com a transmissão em direto das suas sessões, teria que ser dado algum tempo à Câmara Municipal para conseguir adquirir os meios para esse efeito, até porque teria que encontrar-se também enquadramento orçamental para a aquisição do material necessário para esse efeito. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Deputada Municipal Rita Conim que sugeriu que fosse decidido quem seriam os representantes de cada bancada e que fosse agendada uma data para a realização da reunião de trabalho, de modo a que os membros da Assembleia se conseguissem organizar. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Mário Pereira para dizer que lhe parecia que o essencial era garantir a equidade e igualdade de tratamento de todos os membros da Assembleia Municipal, o que naturalmente exigia um reforço dos meios técnicos existentes, mas também o reforço dos meios humanos a mobilizar para a realização de tal serviço. Frisou que a Autarquia dispunha de técnicos muito competentes, mas a verdade é que as sessões da Assembleia Municipal tinham um formato diferente das reuniões da Câmara Municipal, pois verificava-se um debate político mais diversificado entre os seus membros, com mais intervenções, que aconteciam por vezes em simultâneo, o que dificultava o trabalho de captação de todos os momentos e de todas as intervenções, sendo que isso não poderia prejudicar nenhuma das forças políticas e como tal, julgava que a transmissão online apenas deveria ocorrer quando fosse possível garantir totalmente essa equidade entre os intervenientes. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Deputada Municipal Anabela Costa que referiu não ver nenhum inconveniente em que os documentos fossem entregues através de via eletrónica, ou que fossem feitas filmagens das sessões da Assembleia Municipal. -----

--- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal para propor que o grupo de trabalho fosse constituído por si e pelos líderes de bancada, propondo, ainda, que no final da sessão agendassem uma data para realizar a reunião de trabalho. -----

--- **Deliberação:** Os membros presentes decidiram, por unanimidade, retirar o ponto da ordem de trabalhos e constituir um grupo de trabalho a fim de integrar diferentes propostas de alteração. -----

--- **Ponto 8 - Eleição do Autarca da Freguesia de Alpiarça para integrar o Conselho Cinegético Municipal. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para informar que, de acordo com a indicação dada pela Junta de Freguesia, tinha sido proposto o senhor Abel Mira Pinhão, Presidente da Assembleia de Freguesia, como representante da Freguesia de Alpiarça no Concelho Cinegético Municipal. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Deputada Municipal Fernanda Garnel que referiu que na informação escrita enviada aos membros da Assembleia Municipal, constava a expressão “delego” e tal não se afigurava corre-

to, uma vez que não se tratava duma delegação de competências do Presidente da Junta de Freguesia na pessoa em questão, mas antes duma proposta que tinha que ser votada na Assembleia Municipal. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal João Osório para referir que a proposta não estava acompanhada de nenhuma documentação, tendo sido apenas remetido um e-mail do senhor Presidente da Junta de Freguesia, sendo que após pesquisar sobre o assunto, julgava que o representante podia ser proposto pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia, enquanto membro da Assembleia Municipal, mas também podia ser proposto pelas próprias bancadas da Assembleia Municipal, pelo que os membros da Assembleia Municipal podiam concordar com aquela proposta, mas também podiam indicar outra pessoa, desde que a mesma fosse um autarca da Freguesia e, como tal, solicitava uma pausa para discutir o assunto com a sua bancada. -----

--- **A senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu um intervalo de cinco minutos para que a bancada da CDU pudesse reunir para discutir o assunto.** -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal João Osório, que referiu que a bancada da CDU não ia apresentar nenhuma proposta, mas alertava que, tratando-se da votação de um nome, ou seja, a votação sobre uma pessoa, o voto deveria ser secreto, embora a sua bancada estivesse pronta para votar. -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra e concordou que a votação deveria ser secreta, pelo que solicitou que no boletim de voto fosse indicada a votação, nomeadamente, sim para voto a favor, não para voto contra, e em branco para abstenção. -----

--- **Deliberação:** A proposta foi aprovada por maioria, com 9 votos a favor e 6 abstenções. -----

--- **Ponto 9 - Leitura, Discussão e Votação da Ata da Assembleia Municipal realizada no dia 25 de fevereiro de 2022. Para deliberação.** -----

--- A senhora Deputada Ana Rita Fernandes tomou a palavra para propor algumas alterações na ata. -----

--- O senhor Deputado Mário Pereira tomou a palavra para propor algumas alterações na ata. -----

--- **Deliberação:** A ata do dia 25 de fevereiro de 2022 foi aprovada por unanimidade, pelos elementos presentes nas referidas reuniões. -----

--- **Ponto 10 - Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto do n.º 2 do artigo 20.º do Regimento. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à bancada da CDU para apresentação dos seus votos de pesar e das suas moções. -----

--- **Foi apresentado o Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Angelino Cravina Agostinho apresentado pelo senhor Deputado Miguel Miranda da Bancada da CDU, que se encontra em anexo à presente ata e dela faz parte integrante.** -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que entendia que não era necessário publicar o documento no Jornal Voz de Alpiarça, uma vez que o Município fazia as publicações dos documentos nas redes sociais. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Abel Pedro que referiu que a bancada do PS iria votar a favor do Voto de Pesar, mas concordava que não era necessário publicar o documento no Jornal Voz de Alpi-

arça, uma vez que, o Município dispunha de redes sociais para fazer todas as publicações. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Armindo Batata para dizer que talvez fosse uma boa oportunidade para solicitar aos gestores do site do Município que dessem algum destaque aos documentos da Assembleia Municipal, uma vez que os mesmos ficavam perdidos nas listagem existente na página do Município. --

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Mário Pereira para frisar que lhe fazia sentido que alguns documentos fossem publicados no Jornal Voz de Alpiarça, uma vez que era o jornal de referência da Vila, sendo que naquele caso concreto, o próprio voto de pesar expressamente assim o indicava. -----

--- Tomou a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia Jorge Costa para dizer que a Junta de Freguesia já tinha enviado para o Jornal voz de Alpiarça um voto de pesar sobre a pessoa em causa e, como tal, parecia-lhe desnecessário repetir a publicação. -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que era importante ter em conta os custos associados a essas publicações, sendo que os partidos também podiam fazer diretamente tais publicações no jornal, e propôs a votação do Voto de Pesar sem a obrigatoriedade de publicação no Jornal Voz de Alpiarça. ----

--- **Deliberação:** O voto de pesar foi aprovado por unanimidade. -----

--- **Foi apresentada a Saudação “Serviço Prestado pelos CTT – Correios de Portugal, SA” apresentada pela senhora Deputada Fernanda Garnel da Bancada da CDU, que se encontra em anexo à presente ata e dela faz parte integrante.** -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Abel Pedro que salientou que a bancada do PS concordava com a saudação e se associava às preocupações da população dos alpiarcenses, que já se arrastavam havia algum tempo. -----

--- Interveio o senhor Deputado Armindo Batata para questionar se, em caso de aprovação, a moção seria enviada para a ANACOM, sendo que o senhor Deputado Municipal João Osório referiu que concordava com o envio da proposta a tal entidade. -----

--- **Deliberação:** A saudação foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Foi apresentada a Moção “Pela Paz, contra a guerra” apresentada pelo senhor Deputado João Osório da Bancada da CDU, que se encontra em anexo à presente ata e dela faz parte integrante.** -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Abel Pedro, para dizer que a bancada do PS se congratulava com aquela moção e com a mudança de tomada de posição da CDU, uma vez que, que na última Assembleia Municipal, o PS tinha apresentado uma moção contra a guerra, em relação à qual os deputados da CDU se tinham absterido na votação. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para recordar que tinha ficado expresso no seu discurso, no 25 de Abril, a grande importância que atribuía à paz acima de qualquer alinhamento com quem quer que fosse. Referiu que também se congratulava pelo teor daquela moção e, como tal, ia votar a favor da mesma. -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal disse que também se congratulava com aquela moção e esperava que, de facto, se conseguisse manter a capacidade de negociação, embora tivesse algumas dúvidas quanto a essa matéria, até porque nem estava a ser possível manter os corredores de ajuda humanitária

ria. -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal João Osório para referir que se congratulava com a aprovação daquela moção, que considerava não ter nada a ver com o voto de censura que tinha sido apresentado na anterior Assembleia Municipal, até porque era necessário existir consenso, pois a guerra estava mais próxima do que parecia, sendo certo que também se fazia guerra na comunicação e essa, muitas vezes, era também muito prejudicial. -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu a moção podia ser enviada para a Assembleia da República, para a própria CDU, uma vez que, naquele órgão, aquele partido nem sequer tinha estado presente, e tinha “enterrado a cabeça na areia,” simplesmente para não haver discussão. -----

--- **Deliberação:** A moção foi aprovada por unanimidade. Os senhores deputados João Osório e João do Céu apresentaram declaração de voto. -----

--- O senhor Deputado Municipal João Osório apresentou declaração de voto, referindo que a situação que tinha ocorrido na Assembleia da República era completamente diferente, uma vez que aquela moção estava a pedir a paz, e na Assembleia da República tinha sido dada a palavra ao senhor Presidente da Ucrânia para pedir armas para a guerra. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado João do Céu que apresentou uma declaração de voto, dizendo que não entendia em absoluto a anterior abstenção da CDU, uma vez que a moção de censura apresentada era contra à violação do Direito Internacional, sendo certo que a moção agora ali apresentada, era também ela sobre a violação do Direito Internacional, ou seja, a invasão de um Estado soberano por outro Estado. ---

--- **Foi apresentado o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Padre Diamantino Marques apresentado pelo senhor Deputado Mário Pereira da Bancada da CDU, que se encontra em anexo à presente ata e dela faz parte integrante.** -----

--- Interveio o senhor Deputado Abel Pedro para referir que tinha tido o privilégio de privar com o senhor Padre Diamantino e, como tal, revia-se em tudo o que estava referido no voto de pesar, sendo que a bancada do PS iria votar a favor do mesmo. -----

--- **Deliberação:** O voto de pesar foi aprovado por unanimidade. -----

--- **Foi apresentada a Saudação “Comemoração do 1.º de Maio” apresentada pela senhora Deputada Rita Fernandes da Bancada da CDU, que se encontra em anexo à presente ata e dela faz parte integrante.** -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal João Céu para esclarecer que, após verificar os votos e as moções, tinha concluído que a bancada da CDU e a bancada do PS pretendiam apresentar documentos bastante semelhantes, com o mesmo intuito, no mesmo órgão e, como tal, considerava que podiam conciliar os textos para que não fosse redundante aprovarem moções idênticas na Assembleia Municipal. -----

--- O senhor Deputado Municipal Mário Pereira referiu que percebia a intenção, mas considerava que iria ser algo moroso naquele momento conciliar os textos das diferentes moções. -----

--- **Deliberação:** A saudação foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Foi apresentada a Moção “48.º Aniversário da Revolução de Abril” apresentada pela senhora Deputada Anabela Costa da Bancada da CDU, que se encontra em anexo à presente ata e dela faz parte integran-**

te. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Abel Pedro que referiu que tudo o que se relacionava com o 25 de abril o tocava muito, mas na realidade tinha sido realizada uma Assembleia Municipal extraordinária, comemorativa do 25 de abril no próprio dia, pelo que lhe parecia que a apresentação daquela moção, naquele momento, não lhe fazia muito sentido. -----

--- **Deliberação:** A moção foi aprovada por unanimidade. O senhor deputado Abel Pedro apresentou declaração de voto. -----

--- Foi apresentada uma declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Abel Pedro que referiu que, não obstante as razões anteriormente por si referidas, a bancada do PS tinha votado a favor porque consideravam que era sempre bom invocar o 25 de abril. -----

--- **Foi apresentada a Saudação “ 1.º de Maio” pelo senhor Deputado Abel Pedro da Bancada do PS, que se encontra em anexo à presente ata e dela faz parte integrante.** -----

--- Tomou a palavra a senhora Deputada Municipal Anabela Costa para referir que compreendia o motivo pelo qual iam votar as moções em separado, uma vez que, a saudação apresentada pela bancada do PS traduzia alguma pobreza política e falta de conhecimento do que era a essência do 1.º de maio e da luta dos trabalhadores antes do 25 de abril, sendo que antes do 25 de abril até já havia civilização, mas as conquistas dos trabalhadores tinham sido conquistas do 25 de abril. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal João Céu, para referir que o 1.º de maio era um dia que se comemorava mundialmente e, como tal, não se limitava às conquistas de abril em Portugal, pelo que não compreendia a confusão que estava ali a ser criada em torno daquela questão. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Mário Pereira para salientar que não tinha quaisquer problemas em votar favoravelmente a moção, embora tivesse algumas reservas, sobretudo pela distância que normalmente havia entre aquilo que o PS dizia ser a sua perspetiva e depois o que fazia enquanto Governo do país, pelo que esperava que o argumento da atual situação económica e política, ali utilizado para justificar a luta dos trabalhadores, não fosse o mesmo que depois iria justificar a quebra dos salários e das pensões. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Abel Pedro que salientou que o 1.º de maio era um dia internacional, o que significava que já existia antes do 25 de abril, embora Portugal vivesse num regime fascista antes desse momento. -----

--- **Deliberação:** A saudação foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Voto de Pesar pelo falecimento de Eunice Munoz apresentado pelo senhora Deputada Rita Conim, da Bancada do PS, que se encontra em anexo à presente ata e dela faz parte integrante.** -----

--- **Deliberação:** O voto de pesar foi aprovado por unanimidade. -----

--- **Voto de louvor aos atletas do Real Clube de Petanca de Alpiarça, Luís Cunha e Orlando Melgada apresentado pelo senhor Deputado João do Céu, da Bancada do PS, que se encontra em anexo à presente ata e dela faz parte integrante.** -----

--- **Deliberação:** O voto de louvor foi aprovado por unanimidade. -----

--- **Voto de louvor à atleta Soraia Comparada apresentado pela senhora Deputada Marta Piscalho, da Ban-**

cada do PS, que se encontra em anexo à presente ata e dela faz parte integrante. -----

--- **Deliberação:** O voto de louvor foi aprovado por unanimidade. -----

--- A senhora Presidente da AM pôs à consideração do plenário a continuação dos trabalhos, dando cumprimento ao artigo 13.º do Regimento. O plenário foi unânime em continuar os trabalhos. -----

--- **PERÍODO DO PÚBLICO** -----

--- Terminada a Ordem do Dia, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao segundo período do público. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor munícipe Eduardo Costa, que começou a sua intervenção referindo que, em sua opinião, o público quando comparecia nas sessões da Assembleia Municipal tinha, fundamentalmente a intenção de assistir ao calor do debate e sair dali melhor informado, pelo que pretendia um esclarecimento sobre o ponto das contas de 2021, e em concreto sobre qual o valor das despesas para que fosse possível perceber se tinha havido um saldo negativo ou positivo. Continuou a intervenção, dizendo que a sua segunda questão se prendia com o ponto 4, nomeadamente, com a transferência de verbas para a AgroAlpiarça, sendo que gostaria de saber qual tinha sido o valor dessa transferência. -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor munícipe João Serrano, que começou por fazer um ponto de situação sobre os trabalhos que estavam a ser levados a cabo pelo movimento pró IC3. Referiu que, em sua opinião, os municípios deveriam tentar encontrar verbas para a realização de tal travessia, nomeadamente, fundos para ambiente ou coesão, porque a obra era muito importante para a região e todas as forças deviam ser envolvidas no processo, trabalhando em conjunto e sem individualismos, como acontecia muito na região de Santarém. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal, para explicar que o orçamento era um documento que convinha que desse “resto zero” e, como tal, a receita e a despesa eram previstas em equilíbrio, sendo que a receita tinha passado dos treze milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil e novecentos euros, para dez milhões quatrocentos e vinte e seis mil e quinhentos e trinta e quatro euros, o que representava uma execução de 91,72% da receita corrigida. Disse que, no caso da despesa, a taxa de execução tinha sido de 85,24%, no montante de oito milhões oitocentos e oitenta e sete mil e duzentos e vinte e seis euros e quarenta cêntimos. Quanto ao montante para a AgroAlpiarça, referiu que a transferência tinha sido no montante de quarenta e seis mil quinhentos e quarenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos. Continuou a intervenção para referir que não concordava com a ideia de que o distrito de Santarém fosse individualista, pois considerava que, pelo menos ao nível das autarquias, havia um grande espírito de coesão e trabalho conjunto nas mais variadas áreas, que até era exemplo a nível nacional. Esclareceu que o IC3 estava previsto não como uma autoestrada, mas como um itinerário complementar e, como tal, sem portagens, sendo esse um desígnio de todos os autarcas da região. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Deputada Municipal Alzira Agostinho para ler a minuta da ata, que foi colocada à discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, eram 02 horas e 48 minutos. -----

--- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

--- Presidente da Mesa Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira _____

--- 1º Secretária Alzira Maria Nunes da Cunha Marques Agostinho _____

--- 2º Secretário Artur Jorge Fernandes Sanfona _____

Alpiarça, aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois. -----